

Senado começa a analisar proposta de redução do quórum de votação

O Senado instalou, nesta semana, comissão temporária para analisar proposta de emenda à Constituição que reduz, da metade para um terço dos membros do Senado e da Câmara, o quórum mínimo para votação, com a finalidade de dar maior velocidade às votações. A proposta de emenda, apresentada pelo senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA) e subscrita por 51 senadores, modifica o artigo 47 da Constituição, que estabelece a exigência de maioria absoluta para deliberações, informou a Agência Brasil.

Foram eleitos presidente da comissão o senador Dári o Pereira (PFL-RN), vice-presidente o senador Lavoisier Maia (PDT-RN) e relator o senador Wilson Martins (PMDB-MS).

Magalhães justificou sua iniciativa argumentando que o quórum de maioria absoluta, instituído em 1823, não se revelou eficaz, impossibilitando a rapidez desejada na apreciação das matérias.

O quórum de um terço é consagrado na Constituição do Japão. A Carta política dos Estados Unidos estabelece a exigência de maioria, mas não determina seu critério de aferição,



Genebaldo Correia

que já chegou a ser alterado para um terço, no passado. Esse critério, segundo a constituição americana, é competência de cada Casa legislativa.

CÂMARA

O ajuste fiscal deverá ser uma das prioridades da Câmara no segundo semestre, de acordo com o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia.

Genebaldo garante que a Câmara não ficará indiferente à necessidade de aprovação de seis projetos prioritários neste semestre.

“Nós vamos votar o projeto dos portos, a nova lei das licitações e concorrências, a advocacia-geral da

União, a lei orgânica do TCU e o projeto de concessão de serviços públicos, além do projeto de patentes, no âmbito das comissões”, declara o líder do PMDB.

Reforça a expectativa do líder pemedebista a decisão do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), apoiado pela liderança do Bloco, de realizar sessões com ordem do dia e votações de segunda a sexta-feira, a partir do dia 15. “Vamos ter ordem do dia já nas tardes de segunda-feira e também nas manhãs de sexta-feira. Na prática, isto permitirá a realização de sessões de manhã e à tarde, de terça a quinta-feira, com índice de presença muito elevado”, afirma Correia. Se confirmada essa previsão, os deputados precisam ficar em Brasília toda a semana, para não terem descontadas as faltas em seus salários.

Junto com essas medidas, Correia acredita que o agravamento dos problemas nacionais terá efeito considerável na motivação dos deputados. “Estes projetos já estão em tramitação há muito tempo e já houve suficiente debate e discussão. Agora é hora de votar”, afirma. Sobre o

ajuste fiscal, o líder do PMDB diz acreditar que primeiro é preciso “conhecer o projeto do governo”. Ele supõe que um esforço comum do PMDB, PSDB e PT, como vem sendo articulado pelos presidentes desses partidos, levará ao número de votos necessários para a aprovação dos projetos.

“Temos que analisar o projeto, ver como ele refletirá na situação dos estados e municípios e de que maneira ele contribuirá para reduzir os desequilíbrios regionais”, diz Correia. O ajuste fiscal, para o líder do PMDB, não é mais um projeto do governo, mas da sociedade, o que “predispõe todos os partidos para uma análise e posterior votação do tema”.

Correia lembra que, além dos seis projetos prioritários, o Congresso terá de concluir a votação da emenda que antecipa o plebiscito sobre a forma e sobre o sistema de governo para 21 de abril de 1993 e outra emenda constitucional que adequa o número de vereadores. “Sem contar com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que tem de ser aprovada pelo Congresso até o dia 30 deste mês.”